

**A IMPOSIÇÃO DA DITADURA MILITAR NA SOCIEDADE BRASILEIRA**  
**Uma breve analogia do comportamento Estado/Oposição**

Julio Cesar Ferrari  
Rafael Caluz Pereira  
Profº Paulo Sérgio Fernandes

Lins – SP  
2009

# **A IMPOSIÇÃO DA DITADURA MILITAR NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

## **Uma breve analogia do comportamento Estado/Oposição**

### **Resumo**

A ditadura militar no Brasil nos anos de 1964 à 1985, assumiu o controle político, econômico e social, ocasionando os mais brutais acontecimentos sob a forma de violência, censura, repressão, exílio, prisão e diversas outras formas de coerção da sociedade. O Regime Militar adotado teve consequências extremamente perversas em relação às condições de vida das classes dominadas com o objetivo de dominar intelectualmente a massa populacional. O governo silenciou de forma cruel e desumana, aqueles que poderiam vir a exercer qualquer ação conscientizadora a respeito da realidade brasileira e suas contradições. Formadores de opinião contrários à política do governo foram ameaçados agredidos e neutralizados; havendo redução do senso crítico e uma multiplicação de pânico e ansiedade.

Palavras-Chave: Ditadura, Militarismo e Manipulação ideológica.

## **INTRODUÇÃO:**

Com o presente texto buscou-se apresentar o que ocorreu no Brasil durante o período da ditadura militar (1964/1985), trazendo a tona os fatos que incidiram neste país; através da imposição de idéias por meio da força e ameaça para o desenvolvimento de uma sociedade menos participativa criticamente e ao mesmo tempo mais submissa, tendo um papel decisivo para que a ideologia implantada pelo regime militar, juntamente com a participação da propaganda pudesse transformar as relações sociais.

**DESENVOLVIMENTO:**

O regime militar assumiu o controle político, econômico e social de 1964 a 1985; impondo os mais brutais acontecimentos sob a forma de violência, censura, repressão, exílio, prisão e diversas outras formas de coerção da sociedade.

O objetivo do Estado era criar um sistema que concretizasse seu monopólio intelectual sobre a massa populacional. Mesmo que nessa complexa sociedade existiam pessoas com funções e pensamentos diferentes. Os que se opunham ao regime foram colocados para o caminho exclusivo da violência e da repressão demasiadamente utilizada pelos militares.

Após 1964, a busca incessante de uma estabilidade institucional, se processou num confronto Estado-oposição, estruturando-se enquanto um tentava dominar e controlar o outro.

O militarismo pretendia a homogeneização de toda essa sociedade, para que não houvesse outros conflitos e protestos indo de encontro e se chocando com os ideais militares. Esses ideais eram muitas vezes passados de uma forma totalmente distorcida, somente buscando o convencimento do público em geral.

No Brasil, o Regime Militar que foi adotado teve consequências extremamente perversas em relação às condições de vida das classes dominadas. Qualquer divergência era vista como negativa e imediatamente tentava-se neutralizá-las.

O controle ideológico foi vinculado por uma parcela da sociedade, fazendo com que o restante da mesma não tivesse condições de formular outra versão da realidade.

Por mais que assistissem, ouvissem, lessem, pensando em estar bem informados e prontos para ativar sua voz, as informações e as inúmeras notícias eram transmitidas como elementos isolados, portanto, sem nenhum objetivo ou significado.

O que também dificultou demasiadamente a formação de uma consciência social, foi a manipulação e a forma de como foi passado a apresentação dos fatos para quem as esperava.

Como acontece em um espetáculo, no qual espectador busca obter um entretenimento como forma de alívio e até mesmo uma fuga da realidade, começa-se então a encarar os problemas, as preocupações, as tensões de uma maneira

muito mais branda e passiva, e mesmo as pessoas estando chocadas com os problemas sociais, poucos faziam ou reagiam diante destas circunstâncias.

Foi por volta dos anos 60 que alguns grupos sociais começaram a lutar com certa intensidade contra essas formas de manipulação social.

Setores intelectualizados das camadas médias, unidos em torno da palavra de ordem CONSCIENTIZAÇÃO, empenharam-se no emprego de formulas alternativas para alfabetizar a população e esclarecê-las a respeito da precariedade das suas condições de vida, da exploração a que era submetida e da manipulação ideológica que sofria com o movimento de 1964, após breve refluxo, essa atividade continuou adquirindo grande vulto em 1968 ( DE OLIVEIRA, 2003, p. 14 ).

Artistas, estudantes, congressistas, entre vários outros manifestaram-se contra o regime. Ganhando mais força e maior participação popular a partir de 1966, quando essas manifestações começam a ser nas ruas.

O governo, respondeu de imediato, intensificando a manipulação e submetendo à sociedade a neutralização da mobilização, efetuando o retorno da população à condição passiva e submissa devido à repressão e o forte bloqueio do militarismo na conduta diária.

As mentalidades sociais foram abaladas, causando medo em quem ousasse ir contra as idéias do governo, desse modo, a sociedade se viu induzida à passividade. Recebendo uma significativa quantidade de filmetes, textos, panfletos e jingles das campanhas militares que vinham dos meios de comunicação escrita e falada.

Na Ditadura Militar, o que também entrava na lista imensa das proibições e da censura eram os livros, que foram considerados subversivos; muitas vezes os livros eram avaliados por seu título, se os censores achassem que o título de um livro era expressão contra governamental, simplesmente o proibiam, pois segundo De Oliveira (2003, p. 18) “havia também proibições relativas a musica, filmes, peças de teatro, shows de televisão, novelas”.

Formadores de opinião contrários à política do governo foram ameaçados agredidos e neutralizados. O governo queria silenciar aqueles que pudessem exercer qualquer ação conscientizadora a respeito da realidade brasileira e suas contradições.

Foi a partir daí que todas as vias de acesso a realidade passaram a sofrer pressão e interferência do regime. Os meios de comunicação foram diretamente

empregados na divulgação das notícias governamentais e controladas por uma rigorosa censura.

A propaganda trouxe componentes terríveis em torno do fantasma do comunismo, cada indivíduo era pressionado por uma carga dupla, induzindo não apenas a temer o que os comunistas poderiam fazer, como também ser confundido como um deles e punido severamente. (DE OLIVEIRA, 2003, p.27 ).

Durante todo o período do regime militar, foi utilizada a propaganda da ameaça comunista. A imprensa utilizava diversos fatos históricos para dizer que os comunistas eram traiçoeiros, covardes, assassinos a sangue frio.

Muitas pessoas de vários e diferentes setores da sociedade sofreram perseguições e punições. Apenas por serem vistas como contrárias ao regime ou por manifestarem sentimento de conscientização real da sociedade.

A prática de torturas nesse período passou a ser algo rotineiro e utilizado por muitos setores do governo. Os assassinatos, desaparecimentos também foram significativos. Sendo falsamente justificadas como resultado de tentativa de fuga, atropelamento, resistência à tiros ou suicídio.

As violências físicas foram cometidas por inúmeros setores do governo, por policiais civis, militares e Forças Armadas que atuavam nas delegacias de Ordem Política e Social dos Estados (DOPS, depois DEOPS) Marinha, Exército e Aeronáutica principalmente na operação BANDEIRANTE (OBAN).

Várias pessoas com destaque no cenário nacional foram mortas por essas corporações no governo do presidente Médici, nascendo assim duas tendências como resposta ao governo, a dos assaltos a bancos e sequestros de diplomatas. Os organizadores desses sequestros exigiam como pagamento, a troca do refém pela soltura de presos políticos. Ocasionalmente como um modelo para muitas ações subsequentes, e as mais frequentes foram os assaltos a bancos.

Mais uma vez o governo apelou para suas artimanhas para manipular a opinião pública sobre esses acontecimentos, distorcendo os verdadeiros fatos e utilizando de seus inúmeros mecanismos para impor a sociedade o que esta deveria pensar. Com isso, houve grande redução do senso crítico e uma multiplicação do pânico e ansiedade. Com essas evidências, as grandes manifestações sociais em massa foram proibidas, o regime pós 64 foi avesso à organização de grandes concentrações, salvo somente as comemorações da semana da pátria envolviam

grande numero de pessoas.

Instituiu-se um clima de medo permanente e generalizado, temores que acompanharam a sociedade brasileira, principalmente nos períodos político economicamente mais tensos.

Investiu-se então na política do “dedurismo”, que era a forma utilizada pela polícia para descobrir os fatos e ou acontecimentos que infringisse os ideais militaristas, no qual as pessoas envolvidas estavam sempre na defensiva de seus interesses individualistas; agindo de forma incoerente aos seus princípios delatando os cúmplices envolvidos nas mesmas questões investigadas. Propaganda anti comunista serviu também para justificar e legitimar o golpe militar recente, a partir do governo Castelo Branco intensificada grandiosamente.

Os próprios militantes queriam infiltrar-se em todas as instituições sociais e governamentais, as escolas foram pesadamente influenciadas pela ideologia comunista, pois a partir das escolas, inúmeras pessoas poderiam ser atingidas.

Todo esse foco viria a estimular uma posição puramente independente e individual, sendo totalmente negável qualquer ação participativa de um individuo. Estes preferiam manter-se em torno a temas superficiais e secundários, pois não se podia confiar mais em pessoas pouco conhecidas para se falar abertamente.

Grande parte da população alienou-se, sem participar, sem opinar, sem criticar, sem discutir e sem informar-se sobre questões econômicas e políticas.

O regime implantado em 1964 contribuiu também para a generalização de uma prática de pressão psicológica que podemos chamar de “lavagem cerebral”, que consistia num conjunto de pressões exercidas sobre determinadas pessoas com tal intensidade, que lhes acarretava uma espécie de desestruturação da personalidade e acabando por induzi-las a aceitar passivamente, determinadas orientações de comportamento (DE OLIVEIRA, 2003, p. 30 ).

O governo adotou uma fórmula em que a violência, nas formas de tortura, dor, repressão, passava a ser o instrumento básico para assegurar a coerção social.

Perseguições de inocentes, pessoas desarmadas e sem nenhum motivo concreto começaram a ser rotina, algo comum entre os militares, e na medida que esses abusos aumentavam, também crescia a irritação e a náusea das camadas médias e do clero católico para com os militares. Pois a tortura tornava-se cada vez mais uma prática política, e a corrupção institucionalizada.

Enquanto os militares exaltavam o nacionalismo, a democracia ao mesmo

tempo efetuava torturas, perseguia indivíduos que tinham crítica e voz ativa.

Embora seja uma prática e uma ação muito antiga, utilizada em vários períodos históricos e por diversos povos, a tortura foi a condição de instrumento rotineiro nos interrogatórios sobre atividades de oposição ao governo militar.

Devagar a oposição ao regime vai readquirindo força no âmbito das ruas, das fábricas e das escolas, apesar de toda a repressão. Em março de 1968, no Rio, a polícia intervém contra uma manifestação de estudantes e mata o secundarista Edson Luis, de 18 anos. Como um rastilho de pólvora, espalham-se por todo o país manifestações públicas de protesto. Também as lutas operárias ressurgem com alguma vitalidade. Crescem o enfrentamento e as denúncias contra o Regime Militar, tendo as classes médias urbanas ocupado a frente das movimentações. (ARNS, 1985, p.62 ).

Por esses motivos, foi implantado pelos militares o Ato Institucional mais cruel e desumano de todos eles, em dezembro de 1968 foi criado o Ato Institucional nº 05, que restringia os direitos individuais, através da censura. O argumento foi o aumento das manifestações de rua e o surgimento de grupos de oposição armada.

É nesse mesmo período que começam a se tornar frequentes os espancamentos, as prisões e outras ações violentas por parte do governo.

Vários órgãos foram criados pelo governo para aliciarem e divulgarem informações errôneas e carregadas de trejeitos manipuladores para que o “perigo comunista” não virasse realidade.

Intelectuais foram comprados ou forçados a escrever livros e artigos para atacar os comunistas, entre eles Jarbas Passarinho e José Sarney, tendo espaço nos jornais e revistas causando uma propagação enorme e fazendo nascer a idéia do comunista “comedor de criancinhas”. A partir desse momento, restou praticamente uma única forma de oposição: a clandestina.

Com o governo de Médici, que tomou posse a 30 de outubro de 1969 foram instituídos órgãos governamentais para manter a ordem pública da maneira como queriam e pensavam os militares os quais lutavam contra as organizações de luta política clandestina, sem respeitar a dignidade da pessoa humana.

Com o lema “Segurança e Desenvolvimento”, o governo Médici (1969 a 1974) torna-se o período mais absoluto de violência, repressão e supressão das liberdades civis. Até mesmo a igreja, que apoiou fortemente a deposição do presidente João Goulart, começa também a ser alvo dos abusos militares, tais como: prisões, torturas e assassinatos de sacerdotes e freiras, cercos e invasões a conventos e templos e também a vigilância de bispos.



O abrandamento do regime militar vigorou-se no governo do General Ernesto Geisel, que foi escolhido para superar a falência do “milagre brasileiro” de Médici, na tentativa de recuperar a legitimidade que desapareceu totalmente durante seu governo.

Geisel se preocupou em todo o seu mandato, que durou cinco anos (1974/1979), em retomar e renascer o prestígio do regime, reabrir-se ao diálogo com até então os setores marginalizados das elites, partidos políticos foram reabertos, mas nada que fizesse sumir a repressão e ameaçar segurança Nacional, mantendo assim o sistema instaurado em 1964.

Os primeiros resultados desses atos liberalizantes, repercutiram claramente na política, nas eleições de novembro de 1974, quando a oposição ganhou a maioria das cadeiras, fazendo o partido oficial regredir, sendo estes obrigados a respeitar os resultados.

Os primeiros meses do Governo Geisel marcam um período em que os órgãos de repressão optam pelo método de ocultar as prisões seguidas de mortes, para evitar o desgaste que as versões repetitivas de 'atropelamento', "suicídio" e "tentativa de fuga" certamente enfrentariam, num clima de maior liberdade de imprensa.

Em consequência, torna-se rotina o fenômeno do “desaparecimento”, que já ocorria no período anterior, mas em escala relativamente menor. (ARNS, 1985, p.64).

Na verdade, a tática repressiva que existia no Governo Médici, não se alterou, apenas mascarou-se os sequestros, as torturas e os assassinatos. Aparentemente ficou mais tranquilo, mas foi somente uma impressão, pois o deixava claro que não iria tolerar a presença de forças de esquerda.

Eram vários os setores responsáveis pela então chamada Segurança Nacional, todos eles com a mesma obrigação, perseguir a clandestinidade.

O choque entre diferentes grupos militares acerca da necessidade de os organismos de segurança se adaptarem aos novos tempos ficou bastante evidente quando ocorreram dois assassinatos sob torturas nas dependências do DOI – CODI de São Paulo. O primeiro foi cometido em outubro de 1975, vitimando o jornalista Wladimir Herzog. O segundo tirou a vida do metalúrgico Manoel Fiel Filho, em janeiro do ano seguinte (ARNS, 1985, p.64).

Com sucessivos atos como estes mencionados acima, a sociedade se vê obrigada a repugnar cada vez com mais intensidade as visões do governo militar. Consecutivas derrotas nas urnas, o MDB começa a conquistar território, que incontestavelmente pertencia a ARENA as lutas populares cresciam e a sociedade isolava-se cada vez mais politicamente do regime militar.

Neste mesmo ano, ultimo do mandato de Geisel, lança-se a posse do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações. Num quadro e que a crise econômica se agrava e as pressões democráticas aumentam.

... a base da pirâmide do autoritarismo e do sistema de imposição da vontade absoluta dos governantes. No topo existiam os Atos Institucionais, o SNI, o Conselho de Segurança Nacional, as altas esferas do poder. Na porção intermediária da pirâmide, toda a estrutura jurídico-política de repressão e controle: LSN, Lei da Imprensa, inumeros instrumentos legais de exceção. Pouco acima da base, a Justiça Militar “ legalizando as atrocidades dos inquéritos, ignorando as marcas das torturas, transformando em decisões judiciais aquilo que os órgãos de segurança arrancavam dos presos políticos mediante pressões que iam da intimidação para que confessassem, até ao limite dos assassinatos seguidos de desaparecimento dos cadáveres. (ARNS, 1985, p.64).

Por diversas vezes, várias pessoas foram induzidas a assinarem depoimentos e declarações falsas, totalmente forjadas, na tentativa de fazer cessar a violência que se abatia sobre eles, embora sabendo que a justiça brasileira afirme que nenhuma prova terá valor se for colhida sob tortura; assim como isto é garantia constitucional. Após o ano 1964, o regime militar teve caráter inquisitorial, o réu era forçado a ficar incomunicável, submetido à violência física, moral e psicológica.

**CONCLUSÃO:**

O regime militar, instaurado no Brasil no ano de 1964 - 1965 trouxe consequências políticas, sociais, econômicas e comportamentais complexas à população.

Neste período retirou-se absurdamente a voz e vez da população, através da manipulação de informações, torturas, repressões. Fica claro a crueldade que a sociedade brasileira por meio das ações militaristas se submeteu. Reflexos enraizados em nosso cotidiano, como a submissão; falta de participação política; crítica pessoal e ainda o atraso intelectual que a maioria da população possui.

Estamos vivendo um momento de intimidação nos dias atuais pela falta de estrutura básica necessária à vida humana. Pois de forma lenta e gradativa direitos adquiridos com muita luta e determinação estão se perdendo, dando espaço a um descaso imparcial na maioria da população brasileira.

É necessário resgatar a História Brasileira e conhecê-la de forma esclarecedora para que se possa efetivamente opinar, participar e escolher o futuro do País.

Podemos relativizar os dias atuais e a ditadura através do prisma governamental que pensam em interesses próprios e não os da massa populacional.

## **LEVY OF A MILITARY DICTATORSHIP IN THE BRAZILIAN SOCIETY**

### **A brief analogy of behavior state / Opposition**

#### **ABSTRACT**

The military dictatorship in Brazil in the years 1964 to 1985, took control of political, economic and social development, causing the most brutal events in the form of violence, censorship, repression, exile, imprisonment and various other forms of coercion in society. The military regime has adopted an extremely perverse in relation to the living conditions of the dominated classes. The goal was intellectually dominate the mass population. The government has silenced those who might come to take any action "awareness about the Brazilian reality and its contradictions. Opinion leaders opposed to government policy have been threatened and beaten neutralized, with a reduction of critical sense and a multiplication of panic and anxiety.

Keywords: Dictatorship, Military and ideological manipulation.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Editora Moderna, 2001. ( Coleção Polêmica, 202 ).

DE OLIVEIRA, Cristiane Costa Bicunha. **Ditadura no Brasil: da Violência a Coerção Social**. Lins: Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras, 2003.